

www.sei.ba.gov.br

BAHIA ANÁLISE & DADOS
JUVENTUDE: QUESTÕES, DESAFIOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Data limite para recebimento de artigos: 14 de junho de 2010

Data prevista para lançamento da publicação: outubro de 2010

Coordenação editorial: Thaiz Silveira Braga e Laumar Neves de Souza

Editor: Francisco Baqueiro Vidal

Conselho editorial temático: Ana Lúcia Sabóia (IBGE)

Eugenia Troncoso Leone (UNICAMP)

Marilia Pontes Sposito (USP)

Mary Garcia Castro (UCSAL)

Miriam Abramovay (RITLA)

Paulo de Martino Jannuzzi (Fundação SEADE)

E-mail: aedjuventude@sei.ba.gov.br

Telefones: (71) 3115-4824; 3115-4707

Como enviar seu artigo

A partir de 15 de março de 2010, a Revista *Bahia Análise & Dados* aceitará, para fins de apreciação, artigos para um volume cujo tema é *Juventude: questões, desafios e políticas públicas*. Esse periódico é publicado trimestralmente pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento estadual.

Editada e registrada no *International Standard Serial Number* (ISSN) desde 1991, posteriormente indexada ao *Ulrich's International Periodicals Directory* e ao sistema Qualis, da Capes, em 2002, a Revista elevou progressivamente sua credibilidade e reconhecimento graças à abrangência de seu conteúdo e ao elevado nível de seus colaboradores. Com seus números mais recentes disponíveis para consulta no sítio da Instituição (www.sei.ba.gov.br), *Bahia Análise & Dados* vem alcançando um público amplo e diversificado, sendo muito demandada por instituições de ensino e pesquisa e por

www.sei.ba.gov.br

órgãos de planejamento.

A juventude tem sido abordada, tradicionalmente, como mera fase transitória para a vida adulta. Considera-se que esse estágio da vida requer um considerável esforço coletivo – notadamente nos âmbitos da família e da escola –, visando determinada preparação do jovem, a fim de que se torne um adulto socialmente adaptado e produtivo. Segundo alguns teóricos, a juventude pode ser definida cronológica, sociológica e psicologicamente. No primeiro sentido, procura-se entendê-la com ênfase no período que abrange dos 12 aos 25 anos. No segundo, evidencia-se a fase de transição – do estado de dependência para o de autonomia –, em que o jovem começa a assumir determinadas responsabilidades do chamado mundo adulto. E, no terceiro, destaca-se a adolescência, etapa crítica na definição do ego e que implica profundas alterações na personalidade.

A juventude pode ser compreendida ainda como um conceito psicossocial, correspondendo a uma fase fundamental de um processo evolutivo no qual o indivíduo é chamado a fazer importantes adequações de ordem pessoal e social, com destaque para a luta pela autonomia emocional e financeira, a escolha de uma vocação e a própria afirmação da identidade sexual. Dessa perspectiva, a juventude não estaria vinculada preponderantemente a fatores cronológicos. Vale dizer, seria marcada por ajustamentos progressivos do indivíduo aos padrões de expectativas da sociedade, hegemonizados, por sua vez, pelo *status quo* próprio da reprodução social.

Enquanto questão social, este tema inseriu-se gradativamente no mundo contemporâneo, por meio de abordagens de problemas comumente associados aos jovens, como a delinquência, o comportamento de risco e as drogas, em geral acompanhadas de um discurso de exigência de medidas de enfrentamento por parte da sociedade e dos governos. Para além dessa visão, a percepção que os próprios jovens têm sobre essa etapa de suas vidas relaciona-se ainda a outras relevantes questões, como: educação; cultura, esporte e lazer; alternativas vocacionais e mercado de trabalho; saúde, sexualidade e fecundidade; ações governamentais e políticas públicas. Essas variadas distinções acerca da realidade dos jovens revelam importância e fôlego crescentes no tratamento de questões e desafios

www.sei.ba.gov.br

vinculados à juventude, tornando-se objeto de grande interesse no período recente. Dessa perspectiva, a Revista contemplará os seguintes eixos temáticos:

Primeiro eixo – Educação

Sabe-se que a escola é amplamente reconhecida como âmbito privilegiado de socialização e formação em diversos sentidos. Atravessada, como outros processos sociais, pelos mecanismos geradores das grandes desigualdades na sociedade brasileira, a escolarização da maioria dos jovens tem sido marcada por iniquidades e oportunidades limitadas. Desse modo, sua situação educacional é precária, com elevada incidência de repetência e evasão, além de grande defasagem entre as condições infraestruturais escolares das áreas urbanas e rurais. Isso evidencia que, no país, a possibilidade de tornar a educação um instrumento efetivo para incrementar os níveis de desenvolvimento e bem-estar, tanto econômico quanto social, encontra-se ainda seriamente comprometida.

Assim, este eixo tem por objetivo discutir elementos estruturantes e fundamentos da educação, compreendida como alicerce para o jovem melhorar sua qualidade de vida, suscitando processos criativos e fazendo emergir vocações. Pretende-se abordar o atual estado da matéria, com a recuperação, inclusive, de outros conceitos de juventude, potenciais balizadores de novas ações dos governos.

Segundo eixo – Cultura, esporte e lazer

Aqui a ênfase recai no envolvimento dos jovens com a cultura, o esporte e o lazer. As mais imediatas oportunidades para difundir a cultura nesse grupo etário estão no campo da arte popular – artesanato, bandas de música, canções e danças folclóricas etc. Por sua vez, a disseminação de práticas esportivas nas denominadas comunidades carentes, na maioria das situações, tem, tão somente, o objetivo de afastar seus membros de hábitos sociais considerados nocivos, em especial o uso e a comercialização de drogas ilegais. Contudo a carência relativa de programas governamentais e de políticas públicas de apoio ao esporte, tanto em modalidades competitivas quanto na forma de lazer social, de caráter estruturante

www.sei.ba.gov.br

e razoavelmente integrados, reduzem as possibilidades que teriam os jovens de harmonizar atividades educacionais, laborais e esportivas.

Terceiro eixo – Mercado de trabalho

Este eixo toma por referência o fato de que a inserção do jovem no mercado de trabalho é um aspecto central na compreensão da juventude como importante questão social. Nesse sentido, deve-se considerar também a distância entre um leque relativamente amplo de potenciais vocações dos jovens e sua inserção concreta no mercado de trabalho. Trata-se de um tema específico que, ao lado de outros, como saúde e educação, tem frequentemente pautado as ações e políticas públicas voltadas para esses indivíduos, ao menos em tese. Por outro lado, a necessidade de garantir uma passagem bem-sucedida da escola para o mercado de trabalho, sobretudo em contextos de desemprego estrutural, resulta, muitas vezes, em trabalho de natureza precoce, concomitantemente às atividades educacionais, o que implica em dificuldades na continuidade dos estudos e bloqueio de oportunidades futuras.

Quarto eixo – Saúde, sexualidade e fecundidade

Aqui se buscará captar o fenômeno da adoção de novas práticas comportamentais, as quais expõem os jovens a situações de risco, que interferem sobremodo em sua saúde. Assiste-se, durante a juventude, à assimilação de comportamentos como o consumo de tabaco, álcool e drogas ilícitas; à falta de atividade física regular; ao emprego de uma dieta alimentar inadequada; à imprudência no trânsito; e a atitudes sexuais sem maiores cuidados, que contribuem para a ocorrência de gravidez na adolescência e infecções por doenças sexualmente transmissíveis. Particularmente, destaca-se que os problemas relacionados à saúde sexual e reprodutiva encontram-se entre as principais causas de morbimortalidade entre adolescentes e adultos jovens. Para o enfrentamento efetivo dessas causas são necessárias ações intersetoriais estruturadas.

Quinto eixo – Violência

www.sei.ba.gov.br

Nesse eixo deverão ser abordadas as questões relacionadas à violência que envolve os jovens, motivo de crescente preocupação no país, em virtude da alarmante vitimização da juventude em algumas regiões. As estatísticas revelam que, enquanto se eleva gradualmente a expectativa de vida da população brasileira – uma tendência de longo prazo relacionada à melhoria de suas condições de vida –, a mortalidade que se verifica na faixa etária de 15 a 29 anos contribui para abrandar tal movimento, em maior ou menor medida, conforme distinções socioespaciais. A principal explicação para esse fenômeno reside em causas não intrínsecas à própria juventude, englobando formas distintas de acidentes e violências, com destaque para os assassinatos por armas de fogo. As vítimas, em sua maioria, são pobres, não brancos, do sexo masculino, com poucos anos de escolaridade e residentes nas áreas mais carentes das grandes cidades. Em suma: pertencem às classes desprivilegiadas.

Sexto eixo – Políticas públicas

Este eixo tem por finalidade, entre outras, apresentar um balanço da *Política Nacional para a Juventude*, trazendo à tona alguns de seus avanços, bem como dificuldades enfrentadas até o momento. Assim, devem ser levantados os esforços direcionados para avaliação das políticas públicas e dos programas e ações governamentais, com critérios para o reconhecimento da afirmação do papel do jovem frente às demandas da sociedade civil, de modo a garantir que o bem-estar e a integração social sejam efetivamente alcançados com equidade.

Além disso, as distintas definições da juventude, bem como questões usualmente a ela associadas, têm orientado predominantemente as ações governamentais dirigidas aos jovens. Elas se concentram tradicionalmente nas áreas de educação e emprego – na perspectiva de uma fase preparatória para a vida adulta produtiva – e da saúde e segurança pública – sob a ótica de uma etapa crítica do ciclo de vida. Desse modo, não configuram elementos estruturantes de uma política de (e para a) juventude, e sim estratégias de orientação para a reprodução social, tanto no que diz respeito à formação do jovem quanto à minimização de seu envolvimento em situações consideradas de risco.

Vale lembrar que serão recebidos artigos que abordem, teórica ou empiricamente, os temas

www.sei.ba.gov.br

expostos. Deve-se atentar que, para tanto, além de estarem de acordo com a própria pauta temática proposta, os artigos, preferencialmente inéditos, deverão respeitar as normas para publicação indicadas a seguir. Após seu recebimento, os trabalhos serão submetidos ao exame do Conselho Editorial da Revista. Sendo aceitos, seus autores receberão gratuitamente dois exemplares da edição que os veiculam.

Normas

1. Artigos

Os artigos devem:

- ser enviados por e-mail, preferencialmente, desde que os arquivos não excedam o limite de dois megabytes; acima desse limite, em mídia de CD-ROM, acompanhada de cópia impressa;
- ser apresentados em editor de texto de maior difusão (Word), formatado com entrelinhas de 1,5, margem esquerda de 3 cm, direita e inferior de 2 cm, superior de 2,5 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12;
- ser assinados por, NO MÁXIMO, três autores;
- incluir, em nota de rodapé, os créditos institucionais do autor, referência a atual atividade profissional, titulação, endereço para correspondência, telefone, e-mail;
- ter, no mínimo, 15 páginas e, no máximo, 25;
- vir acompanhado de resumo e *abstract* com, no máximo, 10 linhas, entrelinha simples, contendo, quando cabível, tema, objetivos, metodologia, principais resultados e conclusões; abaixo do resumo e do *abstract*, incluir até cinco palavras-chave e *keywords*, separadas entre si por ponto e finalizadas também por ponto;
- apresentar padronização de título, de forma a ficar claro o que é TÍTULO e SUBTÍTULO; o título deve se constituir de palavra, expressão ou frase que designe o assunto ou conteúdo do texto; o subtítulo, apresentado em seguida ao título e dele separado por dois pontos, visa esclarecê-lo ou complementá-lo;
- contar com tabelas e demais tipos de ilustrações (desenhos, esquemas, figuras, fluxogramas, fotos, gráficos, mapas etc.) numeradas consecutivamente com

www.sei.ba.gov.br

algarismos arábicos, na ordem em que forem citadas no texto, com os títulos, legendas e fontes completas, e serem localizadas o mais próximo possível do trecho a que se referem;

- conter todo e qualquer tipo de ilustração acompanhado dos originais, de forma a garantir fidelidade e qualidade na reprodução; se as fotografias forem digitalizadas, devem ser escaneadas em 300 dpis (CMYK), com cor real e salvas com a extensão TIFF; se forem em preto e branco, devem ser escaneadas em 300 dpis, em tons de cinza; se for usada máquina digital, deve-se utilizar o mesmo procedimento com relação a dpi e extensão, de acordo com o item “Ilustrações” do Manual de Redação e Estilo da SEI, disponibilizado em www.sei.ba.gov.br, no menu “Publicações”;
- destacar citações diretas que ultrapassem 3 linhas, apresentado-as em outro parágrafo, com recuo de 4 cm à esquerda, tamanho de fonte 10 e sem aspas (NBR 10520:2002 da ABNT);
- quando da inclusão de depoimentos dos sujeitos, apresentá-los em parágrafo distinto do texto, entre aspas, com letra e espaçamento igual ao do texto e recuo esquerdo, de todas as linhas, igual ao do parágrafo;
- evitar as notas, sobretudo extensas, usando-as apenas quando outras considerações ou explicações forem necessárias ao texto, para não interromper a sequência lógica da leitura e não cansar o leitor;
- indicar as notas de rodapé por números arábicos, aparecendo, preferencialmente, de forma integral na mesma página em que forem inseridas;
- conter referências completas e precisas, adotando-se o procedimento informado a seguir.

2. Referências

No transcorrer do texto, a fonte da citação direta ou da paráfrase deve ser indicada pelo sobrenome do autor, pela instituição responsável ou, no caso de autoria desconhecida, pela primeira palavra do título da obra seguida de reticências, ano e página. Quando incluída na

www.sei.ba.gov.br

sentença, deve ser grafada em letras maiúsculas e minúsculas e, quando estiver entre parênteses, deve ter todas as letras maiúsculas. Exemplos:

A estruturação produtiva deveria se voltar para a exploração econômica de suas riquezas naturais, conforme esclarece Castro (1980, p. 152);

“O outro lado da medalha dessa contraposição da Inglaterra civil e adulta às raças selvagens e de minoridade é o processo pelo qual a barreira, que na metrópole divide os servos dos senhores, tende a perder a sua rigidez de casta” (LOSURDO, 2006, p. 240).

No final do artigo, deve aparecer a lista de referências, em ordem alfabética, em conformidade com a norma NBR 6023:2002 da ABNT. Exemplos:

PARA LIVROS:

BORGES, Jafé; LEMOS, Gláucia. *Comércio baiano: depoimentos para sua história*. Salvador: Associação Comercial da Bahia, 2002.

PARA ARTIGOS E/OU MATÉRIA DE REVISTA, BOLETIM ETC.:

SOUZA, Laumar Neves de. Essência x aparência: o fenômeno da globalização. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 12, n. 3, p. 51-60, dez. 2002.

PARA PARTES DE LIVROS:

MATOS, Ralfo. Das grandes divisões do Brasil à idéia do urbano em rede tripartite. In: _____ (Org.). *Espacialidades em rede: população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: C/Arte, 2005. p. 17-56.

Na lista de referências, os títulos dos livros devem aparecer sempre em itálico. Os subtítulos, apesar de citados, não recebem o mesmo tratamento. No caso de artigo/matéria de revista ou jornal, o itálico deve ser colocado no título da publicação. A lista de referências deve ser alinhada à esquerda, e conter apenas os trabalhos efetivamente utilizados na elaboração do artigo.

3. Originais

Os originais apresentados serão considerados definitivos. Caso sejam aprovados, as provas só serão submetidas ao autor quando solicitadas previamente. Serão também considerados

www.sei.ba.gov.br

como autorizados para publicação por sua simples remessa à Revista, não implicando pagamento de direitos autorais. A Coordenação Editorial, em caso de aceitação do texto, reserva-se o direito de sugerir ou modificar títulos, formatar tabelas e ilustrações, entre outras intervenções, a fim de atender ao padrão editorial e ortográfico adotado pela Instituição e expresso no Manual de Redação e Estilo da SEI, disponibilizado em www.sei.ba.gov.br, no menu “Publicações”. Compromete-se ainda a responder por escrito aos autores e, em caso de recusa, a enviar-lhes os resumos dos pareceres.